

A QUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS - O CASO DA ORLA DO GUAÍBA EM PORTO ALEGRE- RS

Clarissa Maroneze Garcia¹ (clarissamaroneze@hotmail.com)

Resumo:

O presente artigo realiza uma percepção crítica sobre a interferência no território, que impõe transformações que levam a valorização da terra e que, conseqüentemente, alteram as configurações espaciais e sociais, baseado na recuperação de espaços públicos de lazer detentores de paisagens cênicas que atraem investidores, turistas e usuários. O artigo tem como objeto empírico a Orla do lago Guaíba, na capital Porto Alegre, do Estado do Rio Grande do Sul, e o processo de qualificação urbana e suas intervenções para realizar a recuperação deste espaço público de lazer, discutindo as implicações socioespaciais desses atos.

Palavras-chave: Orla do Guaíba, transformações socioespaciais, qualificação de espaços de lazer; intervenções urbanísticas; paisagem.

¹ Arquiteta e Urbanista Especialista em Produção Civil.

1. Introdução

Segundo dados da Prefeitura de Porto Alegre, a Orla do Guaíba possui 70 km de extensão (desde a ponta do Gasômetro até a Praia do Lami, no extremo sul). Para determinados pontos desta faixa é proposto um plano estratégico de qualificação urbana, bem como são conceituadas intervenções urbanísticas que visam contribuir na apropriação e usufruto desse espaço pela população residente e turística, plano esse, que foi impulsionado pela realização da Copa do Mundo no Brasil em 2014. Apesar dos projetos propostos para a orla de Porto Alegre, uma das cidades sede do megaevento, não terem sido executados a tempo, é sólido e crescente o olhar imobiliário para as imediações da Orla do Guaíba, espaço público que, até alguns anos atrás, mantinha-se ignorado e degradado.

A produção do espaço para atender residentes e turistas, instiga a criação de equipamentos voltados para o consumo e, muitas vezes, tais ações geram a valorização do entorno, incidindo no valor capital da terra. O que pode ser observado é que a recuperação de áreas centrais, que antes estavam degradadas, e sua retomada pelas camadas mais abastadas da cidade, ou seja, o processo de gentrificação, gera a transformação da composição social desses locais, substituindo as classes mais baixas por classes médias e altas da sociedade (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006).

Assim, o artigo busca analisar a qualificação de espaços públicos de lazer sob uma perspectiva crítica, utilizando a orla do lago Guaíba, na cidade de Porto Alegre – RS, como forma de entender essa discussão. Também será destacado o papel do Estado no incentivo à produção de locais de lazer para a população residente e para os turistas e as implicações socioespaciais no entorno imediato de onde estão situadas as propostas de intervenção. Serão tomados como exemplo os já executados reassentamentos das vilas Campos de Cristal, Foz do Arroio Cavalhada e Estaleiro Só, antes localizadas no Bairro Cristal, e que foram reassentadas no Condomínio Campos do Cristal, localizado no Bairro Vila Nova, em razão da implantação do BarraShoppingSul, bem como o reassentamento da Vila do Chocolatão, antes localizada no Bairro Centro Histórico e que foi reassentada no Bairro Morro Santana, para que fosse implantado em seu lugar um estacionamento.

A pesquisa terá como método de trabalho o levantamento bibliográfico, que inclui dissertações, artigos científicos, livros, documentos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e da imprensa local, pertinentes ao tema proposto.

2. OBJETIVO GERAL

O artigo objetiva realizar uma análise histórica e crítica de como as ações políticas de intervenções urbanísticas, impulsionadas pelas paisagens cênicas e espaços públicos das cidades, podem acarretar em transformações socioespaciais. Para essa

discussão, será utilizado como objeto empírico, a Orla do Guaíba em Porto Alegre - RS e o seu entorno, em razão da proposta de qualificação urbana que existe para este local.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. A problematização da favela: as origens da "lepra da estética" no espaço urbano brasileiro

A problematização da favela no Brasil tem suas bases iniciais no século XIX, na cidade do Rio de Janeiro, com as construções dos chamados cortiços, considerados nesse período, como locais de propagação da vagabundagem, de crimes e de epidemias. Esse tipo de moradia foi percebido, posteriormente, como o "germe" da favela, pois a destruição dos cortiços pelo Estado obrigou os residentes a procurarem outros territórios, não menos insalubres para a habitação, gerando assim, a ocupação ilegal dos morros (VALLADARES, 2005).

Esse cenário de ocupações dos morros do Rio de Janeiro, no século XX, fez surgir um espaço de pobreza que recebeu grande atenção por parte dos governantes, médicos-higienistas e da imprensa: o Morro da Favella (ou, como anteriormente chamado, Morro da Providência) (VALLADARES, 2005). A partir do entendimento desse espaço, a palavra favela foi associada a qualquer tipo de "[...] hábitat pobre, de ocupação ilegal e irregular, sem respeito às normas e geralmente sobre encostas." (VALLADARES, 2005, p.26).

O Morro da Favella também foi associado, enquanto mito fundador da favela carioca pela maioria dos estudiosos do século XX, ao extinto povoado de Canudos, no sertão baiano (VALLADARES, 2005). Em razão das profundas transformações políticas que ocorriam no Brasil no final do século XIX e início do século XX, o exército da República, enfrentou sucessivas derrotas por parte dessa comunidade de sertanejos, antes de alcançar a extinção do povoado, que era identificado, pelo governo, como local de atrasos e desordem (MONTEIRO, 2009).

Esse recorte histórico foi retratado no livro "Os Sertões" de Euclides da Cunha, onde o autor descreve Canudos como local de topografia particular (sobre morros e com difícil acesso), de crescimento precário, rápido e desordenado, como espaço fértil de contágios, onde inexistia o poder do Estado, a propriedade privada do solo e onde se instala a ideia de comunidade (VALLADARES, 2005).

Ainda no início do século XX, durante o governo de Pereira Passos (de 1902 a 1906), na cidade do Rio de Janeiro, a questão da habitação popular e o espaço dos pobres, baseada no discurso médico-higienista influenciou um amplo projeto de renovação urbana (VALLADARES, 2000). Nesse momento, a cidade possuía importante papel enquanto centro

de comercial, populacional, político e administrativo. Assim, entre os objetivos das reformas de Pereira Passos, estava a reordenação da mobilidade, principalmente na ligação de sua área central ao seu porto. A abertura da Avenida Central, em 1905, por exemplo, bem como a maioria das reformas urbanas foram realizadas à custa da remoção de milhares de pessoas, dentre essas, principalmente trabalhadores pobres e negros, que viviam no centro da cidade. Essas intervenções visavam reproduzir o modelo urbano europeu da época, principalmente o da cidade de Paris, que havia passado pela "haussmannização", ou seja, uma grande remodelação urbana de embelezamento e modernização dirigida por Georges-Eugène Haussmann (DINIZ, 2012).

Ainda nesse contexto, o discurso da higienização defendido por engenheiros e médicos, que consideravam o meio ambiente hostil e insalubre como um local favorável à proliferação de doenças e epidemias, fez surgir campanhas contra as favelas, tornando-as definitivamente um problema a ser resolvido. As primeiras campanhas, encabeçadas por Augusto de Mattos Pimenta, apresentavam a favela como a "lepra da estética" (PIMENTA, apud VALLADARES, 2005), doença passível de contágio, considerada maldita na Idade Média. Com base nas campanhas sanitaristas, o Plano Agache, desenvolvido pelo urbanista francês Alfred Agache, em 1930, denunciou publicamente o perigo das favelas no contexto da cidade e assim foi instituída, em 1937, no Código de Obras da capital carioca, a proibição da criação de novas favelas (VALLADARES, 2000). Além disso, segundo a Prefeitura do Rio de Janeiro, o plano também defendeu a remodelação e o embelezamento da cidade, além de discutir os problemas de abastecimento de água, transporte de massas e da habitação operária.

Tal como nos governos anteriores, o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), também foi marcado por grandes remoções e pela demolição de favelas com base no mesmo discurso da busca pelo embelezamento das fronteiras de áreas habitadas por camadas com rendas mais altas, como forma de combater o crime e também para abrir espaço para a expansão industrial (DAVIS, 2006).

Inicialmente a expulsão dos pobres da cidade ocorreu na Reforma Pereira Passos [...] Ao eliminar os cortiços do centro urbano, empurrou grande parte dessa população para novas favelas e adensou as já existentes. A segunda grande investida contra os favelados verificou-se durante a ditadura militar, [...] sendo que para Burgos (1998), a maior radicalização nas remoções ocorreu entre 1968 e 1975, quando cerca de sessenta favelas, e um total de 100 mil pessoas, foram realocadas (GOMES et al., 2013, p.22).

Assim, é possível perceber que a desde a virada do século XIX para o século XX, tal como ocorreu no governo de Pereira Passos, quando uma grande reforma urbana foi executada com o pretexto de modernização e melhorias sanitárias na cidade do Rio de Janeiro, as reformas urbanas, com base na ausência de políticas habitacionais consistentes, culminam com a remoção dos pobres para áreas distantes ou com a ocupação ilegal nas

encostas de morros. Nesse contexto, ainda nos dias atuais, ocorre a segregação e hierarquização dos espaços e o enobrecimento de áreas centrais de interesse capitalista nas grandes cidades brasileiras (MAIA, 2013).

3.2. A produção do espaço a partir da paisagem cênica e o embelezamento da cidade

A produção do espaço para atender os residentes e turistas das cidades muitas vezes está diretamente ligada a uma paisagem cênica. Esses espaços públicos, considerados pelos usuários como locais de excepcionalidade por seus cenários naturais, histórico-patrimoniais, pela sua cultura ou pelos serviços de consumo que oferecem, são rapidamente popularizados pela velocidade de troca de informação dos dias atuais, transformando rapidamente o status do local, que logo será ambicionado por mais e mais pessoas. O lazer turístico exigido pela sociedade de consumo é tido como um “produto” e este vêm sendo tratado como um fenômeno social que é capaz de gerar grandes interferências no território, alterando sua configuração espacial (SOARES, 2011).

A crescente valorização e o interesse de especulação imobiliária de alguns espaços públicos, principalmente nas regiões centrais das cidades, geram disputas pela apropriação e pelo uso do território, que implicam, muitas vezes, em ações de deslocamento de moradores de favelas ou vilas existentes nas faixas próximas desses locais para bairros distantes.

Quando se trata de megaeventos, como a Copa do Mundo ou Jogos Olímpicos, por exemplo, Davis cita o temor dos pobres quando aqueles chegam as suas cidades, pois na maioria dos casos inicia-se um processo de limpeza da cidade, onde os governantes buscam um rápido embelezamento das paisagens naturais e não-naturais e dos espaços públicos, principalmente das áreas centrais das cidades, através das demolições de favelas e, conseqüente despejo de seus moradores (DAVIS, 2006).

Geralmente, esses conflitos que culminam em remoções, acontecem em áreas de encostas, várzeas, faixas ribeirinhas ou litorâneas, APPs ou para fins de implantação de grandes empreendimentos públicos ou privados tais como: rodovias, aeroportos, usinas, shoppings centers, condomínios, entre outros (RODRIGUES, 2013). É possível salientar que, por vezes, "Ainda que o debate na mídia se concentre no impacto ambiental, os impactos são sociais." (RODRIGUES, 2013, p.218).

Os ocupantes da terra para moradia estão nas "piores" áreas, aquelas que não interessam ao capital, e são tidos como dilapidadores do "meio ambiente". Quando as áreas ocupadas passam a ter interesse para o capital, no entanto, a população é removida, criando conflitos mediados pelo Estado (RODRIGUES, 2013, p.214).

Esse processo é tratado por Davis como uma remoção de "entraves humanos", tal qual o modelo "hausmanniano", pois nesse contexto, a segregação urbana é vista como

uma guerra social defendida pelo Estado em nome do "progresso" e embelezamento das cidades. Outra questão é que a população pobre e "favelada" possui uma imagem negativa, associada à criminalidade, sendo considerados os agentes de degradação ambiental dos locais que habitam (GOMES, 2013). Tais ações são formas de "[...] camuflar feridas sociais e físicas da cidade" (BROUDEHOUX, apud DAVIS, 2006, p.105) que só vem a beneficiar os proprietários de terrenos, investidores, a elite da sociedade e os trabalhadores de classe média (DAVIS, 2006).

A paisagem cênica incita a uma apropriação dos espaços por parte da população e os grandes eventos aproveitam-se disso como estratégia para dar visibilidade à cidade, buscando garantir um status de cidade rica em belezas naturais e livre de violência (GOMES, 2013). Nesse contexto, a cidade é qualificada como mercadoria a partir dos seus insumos, ou seja, em razão da infraestrutura e dos serviços que possui, que são capazes de atrair investidores, turistas e usuários e que facilitam a exploração e a "exportação" de seus recursos (MAIA, 2013).

A ligação da imagem da cidade às suas belas paisagens acaba difundindo uma marca sobre essa. Para tanto, propõem-se políticas urbanas baseadas em intervenções excludentes e segregacionistas, onde as áreas escolhidas para receberem as intervenções são as de maior visibilidade na cidade, aquelas que atraem turistas que buscam cultura, lazer e entretenimento, ou seja, áreas para um público "qualificado" (MAIA, 2013).

[...] a intervenção pública ou privada, nos espaços urbanos subtraiu a vida em troca de ordenação e limpeza. Atinge-se, principalmente a vida dos moradores originais, geralmente de classes sociais menos favorecidas e, quase sempre, indesejadas. Como já foi dito inúmeras vezes, são aqueles que preservaram um cotidiano vivo e o sentido dos lugares que se transferem para locais mais distantes e menos beneficiados. Enquanto reconstróem como podem suas vidas, seus antigos logradouros são transformados em vitrines da cidade capitalista, situadas em paisagens que se pretendem irretocáveis de cotidianos vazios e eventualidades espetaculares (AZEVEDO, 2012, p.105).

Apesar das políticas públicas defenderem as intervenções urbanas como forma de recuperar a história da cidade, percebe-se o investimento na imagem das cidades com um caráter de mercadoria, atribuindo sempre um cunho empresarial aos programas que desenvolvem. Voltando ao passado, é reconhecido que o embrião dessa forma de requalificação baseada em perspectivas mercadológicas começou na década de 1990, na cidade de Barcelona na Espanha, em razão dessa ser a cidade sede dos Jogos Olímpicos de 1992 (MAIA, 2013). Assim, "As cidades, ao assumirem a qualidade de mercadorias, são tornadas fruto de uma estratégia global de produção do espaço" (Maia, 2013, p.40) e essas novas formas de planejamento urbano, acabam por não levar em consideração os desejos e as demandas legítimas dos residentes das cidades.

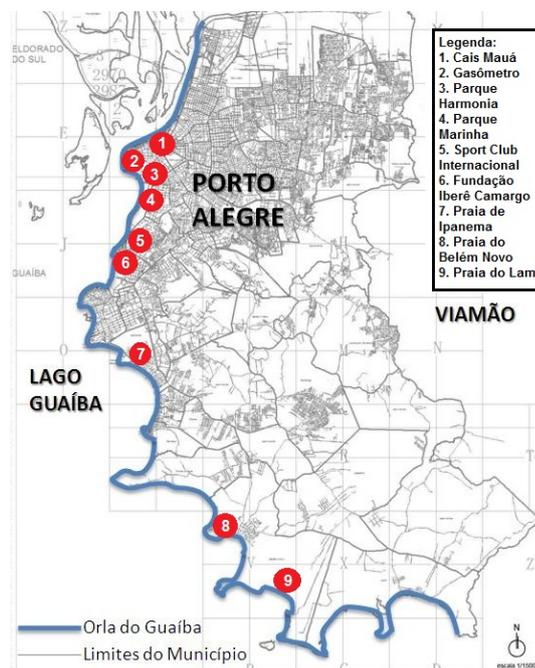
3.3. A Orla do Guaíba no contexto das transformações urbanas de Porto Alegre

As orlas surgiram no Brasil no século XX, tendo como referência inicial e padrão de tratamento a Avenida Atlântica em Copacabana, no Rio de Janeiro - RJ (1970) (MACEDO, 2012).

De uma forma geral, no Brasil, a orla marítima ou ribeirinha oferece diversas formas de lazer e recreação e, em razão da mudança de hábito das populações, que se apropriam das orlas para encontros sociais em quiosques, feiras e principalmente, para a prática de esportes, acaba por tornar esse, muitas vezes, o espaço público mais procurado de uma cidade. É comum que cidades com áreas litorâneas ou ribeirinhas possuam maior visibilidade do poder público e com isso recebam intervenções, cuidados e ampliações, muitas vezes, mais do que áreas internas à cidade (MACEDO, 2012).

Baseado nisso, a orla do lago Guaíba (Figura 1) localizada em Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, vem recebendo cada dia mais atenção pela população residente e turística e também pelos governantes da cidade.

Figura 1: Mapa com legenda dos principais pontos da Orla do Guaíba.



Fonte: Base fornecida pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre com intervenção da autora.

A Orla do Guaíba possui aproximadamente 70 km, tendo como pontos principais, na região central, o desativado Cais Mauá, a Usina do Gasômetro, o Parque Maurício Sirotsky Sobrinho (Parque Harmonia) e o Parque Marinha do Brasil. Outros pontos importantes pertencentes a ela são o Estádio Beira-Rio, a Fundação Iberê Camargo e, na Zona Sul da cidade, os clubes náuticos privados e as praias de Ipanema, Belém Novo e do Lami.

Parte da Orla do Guaíba é proveniente de aterros realizados na margem norte (atual Cais Mauá), no final do século XIX, e na margem sul (área do Bairro Praia de Belas), na década de 1950. A execução de um aterro de alto valor financeiro tinha a justificava de que esta faixa seria destinada à construções necessárias para obras de saneamento e para implantar a Avenida Beira-Rio, que viria a fazer a ligação da Zona Sul ao Centro da cidade. Além disso, justificava-se também em evitar os altos custos com desapropriações em áreas já existentes para tais obras (SOUZA & ALVES, 2010). O aterro na margem sul tem forte influência do modelo urbanístico de Alfred Agache (Plano Agache, 1930) do Rio de Janeiro onde, à semelhança desse, era proposto um imponente conjunto de espaços abertos e prédios que seriam a "Entrada da Cidade" junto à ponta do Gasômetro, tal como, a "Porta do Brasil" na capital carioca. Apesar disso, a nova área conquistada pelo aterro na margem sul de Porto Alegre não recebeu o tratamento arrojado, almejado no Plano Diretor de 1959 (como superquadras, áreas de lazer e esportes e escolas, por exemplo), tendo os projetos implantados parcialmente e assim o "resultado foi apenas uma paisagem monótona devido à uniformização das alturas e simplificação tipológica" (SOUZA & ALVES, 2010, p.09).

O que se percebe é que Porto Alegre cresceu de costas para o seu lago, que em razão do processo de poluição a partir dos anos 50, por conta da industrialização, do crescimento urbano sem planejamento e do desrespeito ao meio ambiente havia promovido a exclusão desse espaço público (PRESTES, 2012).

Isso pode ser observado através do Cais Mauá, que está abandonado desde 1970 e que foi separado da malha urbana por um muro de contenção de cheias, e também pela Usina do Gasômetro, pois quando essa ainda funcionava como uma fábrica de carvão, contribuía com a poluição da região central, até sua desativação em 1974 (Figura 2) (CASTELLO, 2007).

Figura 2: Trecho da Orla do Guaíba com a Usina do Gasômetro na década de 1960.



Fonte: Almanaque ZH - Leonardo Guerrero, 1960.

A Usina do Gasômetro e o seu entorno, talvez o principal ponto de apropriação pela população na Orla do Guaíba nos dias atuais, através do processo de reabilitação e utilização enquanto centro cultural em 1994, foi percebida pelos habitantes da capital

gaúcha como um local impregnado de significados e, a partir disso, os porto-alegrenses voltaram seus olhares novamente para o seu lago (CASTELLO, 2007).

[...] atitudes de valorização da qualidade ambiental urbana tão prestigiadas atualmente, em especial no que dizem respeito à presença de elementos naturais nas pouco amenas paisagens das cidades modernas, apresentam grande possibilidade de serem o fator a explicar o porquê do porto-alegrense hoje "ver" com mais nitidez a água a costear seu centro metropolitano (CASTELLO, 2007, p.251).

O Gasômetro recuperado possui papel simbólico de ligação entre as águas do lago e do tecido urbano (Figura 3) (CASTELLO, 2007). Através desse centro de cultura e dos parques urbanos, nesse caso, o Parque Marinha do Brasil e o Parque Maurício Sirotsky Sobrinho (ou Parque Harmonia) é identificada a apropriação da orla.

Figura 3: Trecho da Orla do Guaíba com o Cais Mauá, a Usina do Gasômetro e o seu entorno em 2013.

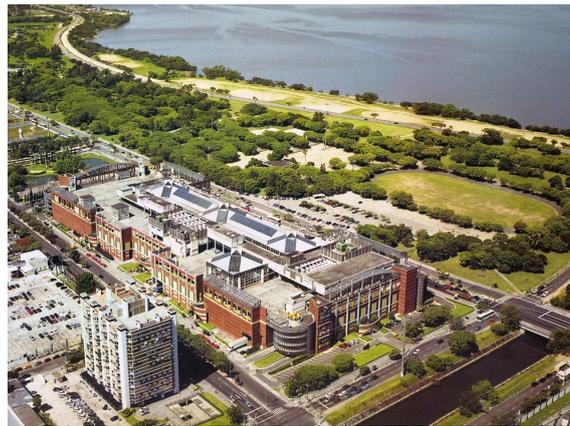


Fonte: <<http://portoalegretche.blogspot.com.br/2013/05/orla-do-guaiba.html>>

Atualmente, alguns pontos da Orla do Guaíba oferecem infraestrutura para os seus usuários, em outros, existe uma ocupação destinada a cultura e ao lazer, embora ainda bastante precária e incentivada pelo poder público através do fechamento de vias. Essas áreas são sazonais, intensificadas no verão e nos finais de semana. Em sua maioria são locais bastante democráticos: recebem artistas, turistas, esportistas, pessoas de todas as idades que se reúnem em vários pontos da orla com fins recreativos (GARCIA & MIRANDA, 2014).

Em razão do crescente aumento da apropriação desse espaço público de lazer pela população porto-alegrense desde a década de 1990, a Orla do Guaíba tem recebido cada vez mais olhares, principalmente imobiliários. É o que se percebe ao longo dos anos, com a construção, por exemplo, de shoppings centers na faixa adjacente ao lago, como o Shopping Praia de Belas (Figura 4), no Bairro Praia de Belas, em 1992, e o BarraShoppingSul (Figura 5), no Bairro Cristal, em 2008, além de torres de escritórios e residenciais.

Figura 4: Shopping Praia de Belas na Orla do Guaíba.



Fonte: <<http://varejoshopping.blogspot.com.br/2010/07/ri-happy-e-polishop-abrem-lojas-no.html>>

Figura 5: BarraShoppingSul na Orla do Guaíba. Atualmente o shopping conta com três torres de escritórios.



Fonte: <<http://www.tedesco.com.br/sitenovo/?p=2024>>

No processo de reabilitação e transformações urbanas que estão ocorrendo na orla do lago recentemente, segundo a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, foi elaborado, em 2003, um primeiro estudo chamado "Diretrizes para a Orla do Guaíba" referentes aos 70 km da orla. Na sequência, foi realizado um segundo estudo denominado "Relatório Orla: Condições Atuais, Possibilidades e Instrumentos para a Qualificação e o Resgate da Orla de Porto Alegre", complementando o trabalho anterior. Em 2010, é concluído o terceiro estudo, chamado "Diretrizes de Desenho Urbano para a Orla Central", contendo propostas arquitetônicas de lazer e esporte para a orla, como equipamentos públicos privados, do trecho que se estende da Usina do Gasômetro até a área do Estádio Beira-Rio. Para esse trecho, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre contratou o escritório curitibano "Jaime Lerner Arquitetos Associados", que desenvolveu o criticado "Projeto Orla" onde, segundo dados do site do arquiteto, são propostos 7km de faixa linear que receberão tratamento paisagístico e urbanístico (Figura 6).

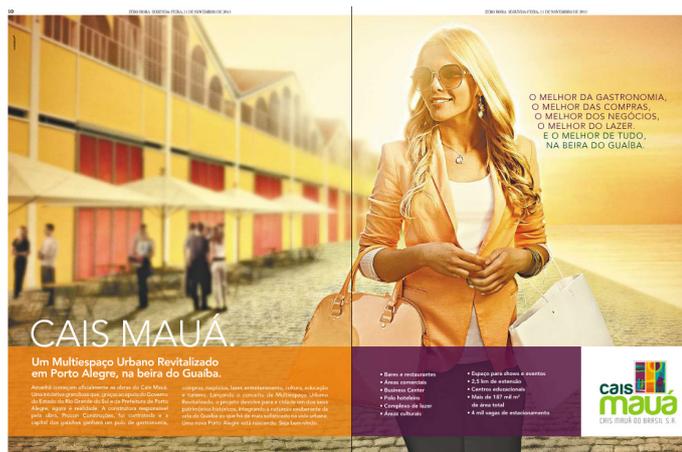
Figura 6: Imagem gráfica do "Projeto Orla" proposto para trecho entre a Usina do Gasômetro e o Estádio Beira-Rio.



Fonte: <<http://www.jaimelerner.com/orla-guaiba.html>>

Outro projeto amplamente discutido é o da reabilitação urbana do Cais Mauá, também realizado pelo escritório do Arq. Jaime Lerner em parceria com o espanhol b720 Fermín Vázquez Arquitectos. O projeto prevê três torres comerciais de 30 andares cada, na área das docas, que serão recuperadas, bem como os armazéns do local. Para isso, foram necessárias mudanças no uso e índice de aproveitamento do setor, o que gerou várias críticas por parte da população e de arquitetos da cidade, que consideram que o projeto colocou a discussão econômica e financeira à frente da discussão urbana, além de não ter havido a participação da população porto-alegrense e interessados na realização do projeto. Assim, os debates continuam, já que a reabilitação proposta é considerada de caráter exploratório comercial (Figura 7), não contemplando a cultura, a história do local e a comunidade (FIGUEROLA, 2013).

Figura 7: Propaganda da revitalização do Cais Mauá divulgada nos jornais no início de suas obras.



Fonte: <<http://portoimagem.wordpress.com/2013/11/11/jornais-publicam-propaganda-das-obras-do-cais-maua-que-iniciam-amanha/>>

3.4. A renovação urbana e suas implicações socioespaciais

O que se observa na Orla do Guaíba, é um claro processo de gentrificação (de origem inglesa: "gentrification"), já que este termo vem a ser reconhecido como um processo que transforma centros urbanos, através da reabilitação e valorização das edificações contidas nesses centros (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006). Esses espaços urbanizados, em função de seus novos equipamentos culturais, de lazer, consumo e oportunidades de emprego, acabam por atrair camadas médias assalariadas da população, pelo fato de se criar uma "atração por modos de vida e de consumo que permitam habitar o centro da cidade" (Bidou-Zachariassen, 2006, p.23-24).

Através dessa "retomada social", em razão do processo de reabilitação urbana da faixa ribeirinha do lago Guaíba, é percebida, primeiramente, a substituição dos habitantes mais pobres do local.

As precárias habitações desses, reunidas em vilas ou favelas "sempre foram consideradas, nos discursos hegemônicos, territórios da ausência de civilidade e de carência de urbanidade" (Barbosa, 2013:73). Tal observação é reconhecida pelo IBGE, pois segundo o instituto, as favelas, ainda nos dias de hoje, são consideradas "aglomerados subnormais" descritos como:

[...] um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa (IBGE, 2010, p.19).

Mesmo em precárias condições de habitação e saneamento básico, é imprescindível a percepção de que as favelas são territórios com intensa vida social, marcadas por relações de proximidade de valores, práticas, vivências, memórias, ou seja, locais que não podem ser pensados apenas como uma única unidade habitacional, mas sim como uma rede, uma comunidade. Nesse sentido, é possível afirmar que as favelas, principalmente as presentes nas médias e grandes cidades brasileiras, são expressões das desigualdades que marcam a vida em sociedade no país (BARBOSA, 2013).

Os esforços de construir abrigos para si e suas famílias realizados pelos trabalhadores subalternizados da cidade nunca foram devidamente reconhecidos pela sociedade em geral e pelo próprio Estado. Suas obras territorializadas sempre foram interpretadas e tratadas como ilegais, irregulares, informais, subnormais, precárias e clandestinas, por não obedecerem aos padrões racionais de edificação e por não possuírem documentação escriturada de propriedade (BARBOSA, 2013, p.76).

Tal constatação pode ser observada na extinta Vila do Chocolate (Figura 8), anteriormente localizada no bairro Praia de Belas, Zona Central da capital gaúcha, nas proximidades da Orla do Guaíba e que foi removida para o bairro Morro Santana, Zona Nordeste da cidade. A Vila do Chocolate foi uma das primeiras ocupações compostas por moradores de rua em um grande centro urbano no Brasil. A remoção das moradias (Figura 9)

foi finalizada em maio de 2011 e a área foi posteriormente ocupada por um estacionamento com finalidade de atender os trabalhadores dos prédios do Judiciário Federal, localizados ao lado da antiga vila (ALT & MARTINS, 2012).

Figura 8: Propaganda da revitalização do Cais Mauá divulgada nos jornais no início de suas obras.



Fonte: <http://viladochocolatao.blogspot.com.br/2012/09/vila-do-chocolatao-remocao-e-impactos_20.html>

Figura 9: Propaganda da revitalização do Cais Mauá divulgada nos jornais no início de suas obras.



Fonte: <<http://portoimagem.wordpress.com/2011/05/24/concluida-transferencia-dos-moradores-da-vila-chocolatao/>>

Como justificativa para a remoção, o Departamento Municipal de Habitação (DEM HAB) de Porto Alegre, defendeu o alto risco de incêndios devido à ligações elétricas clandestinas e as péssimas condições de saneamento. Porém, a Copa do Mundo de 2014, tendo Porto Alegre como uma das cidades sede, foi apontada pelos moradores como o principal fator das remoções, já que se observa, como discutido anteriormente neste artigo, que megaeventos tendem a afastar comunidades carentes dos olhares internacionais, ou seja, das áreas nobres das cidades (ALT & MARTINS, 2012).

O processo de remoção de famílias de suas moradias também ocorreu com as também extintas vilas Campos de Cristal, Foz do Arroio Cavallhada e Estaleiro Só, antes localizadas no bairro Cristal, e que foram reassentadas no Condomínio Campos do Cristal, localizado no Bairro Vila Nova. No total foram contabilizadas 400 moradias nessas vilas, que viviam sob péssimas condições de infraestrutura e que foram removidas para dar lugar a implantação do BarraShoppingSul (KOZENIESKI & MEDEIROS, 2008).

O grupo Incorporador Multiplan Empreendimentos Imobiliários S/A, responsável pelo empreendimento, firmou junto à Prefeitura Municipal de Porto Alegre uma Parceria Público Privada (PPP) com o objetivo de efetuar a duplicação das Avenidas Chuí e Diário de Notícias, bem como a aquisição de uma área e a responsabilidade pela construção das habitações para o reassentamento das 400 famílias, em troca da aquisição da área pública na época ocupada pelas vilas no bairro Cristal em favor daquela incorporadora (KOZENIESKI & MEDEIROS, 2008).

Baseado nesses dois casos é possível observar que, passadas tantas décadas de lutas das classes mais pobres residentes em favelas, nos dias de hoje, reconhece-se o mercado imobiliário-financeiro como um adversário no espaço urbano (BARBOSA, 2013). As intervenções urbanas, chamadas renovações, revitalizações, requalificações, reabilitações, inovações ou transformações, são tendências observadas a partir dos anos 1990, que geram remoções de grupos sociais, principalmente de camadas mais pobres da sociedade, baseado em interesses capitalistas de valorização de patrimônio e potencialização econômica de áreas anteriormente degradadas nas cidades (DINIZ, 2013).

[...] sob a lógica de cidades como espaços de trocas, de comércio, de produtos, em que tanto o uso da terra e dos recursos naturais quanto o trabalho tornam-se mercadoria, a renovação urbana é conduzida pela produção e pelo consumo. São intervenções urbanas que expressam a dinâmica da sociabilidade capitalista nos desafios postos pelo mundo globalizado, ao impulsionar o crescimento das cidades e as mudanças no desenho urbano sob um registro de cariz tecnocrático, na produção de espaços disponíveis para investimentos e negócios (DINIZ, 2013, p.221-222).

Nesse sentido, as mudanças na faixa adjacente a Orla do Guaíba revelam o claro processo de gentrificação, ou seja, a substituição de grupos populares, por grupos oriundos das classes médias e altas, em contraposição ao direito à cidade, que se caracteriza, segundo a Carta Mundial pelo Direito à Cidade, por ser:

[...] um direito coletivo dos habitantes das cidades, em especial dos grupos vulneráveis e desfavorecidos, que lhes confere legitimidade de ação e de organização, baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito à livre autodeterminação e um padrão de vida adequado (CARTA MUNDIAL PELO DIREITO À CIDADE, 2006, p.03).

Assim, seja pelos projetos propostos pela Prefeitura de Porto Alegre para a Orla do Guaíba, ou pela valorização imobiliária crescente das áreas adjacentes a ela, parece que grupos pertencentes às comunidades carentes, ou seja, favelados, não fazem parte da implantação proposta para o local. Visto que, a posição espacial incide na posição social, onde "o capital permite manter à distância as pessoas e as coisas indesejáveis ao mesmo tempo em que aproxima-se de pessoas e coisas desejáveis" (BOURDIEU, 2011, p.164) o espaço é o lugar onde o poder se afirma. Além disso, através dessa distribuição de bens no espaço, que define o valor desse, pessoas ou grupos sociais acabam por serem distanciados, por não cumprirem com as condições exigidas pelos ocupantes dele (BOURDIEU, 2011).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente às informações apresentadas no artigo, fica evidente que as ações praticadas pelas políticas públicas e por grupos de iniciativa privada na transformação do espaço urbano são consideradas, ainda nos dias atuais, uma segregação social. Através de intervenções ou operações que buscam retirar grupos sociais de classes baixas, consideradas a "sujeira" que vem a manchar a imagem das grandes cidades brasileiras, a forma encontrada pelos governantes são sempre remoções forçadas para áreas distantes dos centros urbanos.

Tais processos, ignoram o direito à cidade para populações já residentes nesses centros e, essencialmente nos últimos anos, em razão da Copa do Mundo de 2014 realizada no Brasil foi observado a continuidade da lógica de "limpeza" da cidade.

Com base nisso, faz-se necessário refletir sobre o avanço da especulação e da valorização imobiliária baseada em paisagens cênicas naturais ou não-naturais, que são acompanhadas por intervenções urbanísticas do poder público. O que se percebe é que após a requalificação desses espaços públicos de lazer, a população perde seus territórios para megaempreendimentos, tais como shoppings centers, torres comerciais e residenciais e são condenadas às remoções. Além disso, com base no aumento do valor da terra, alguns grupos sociais, mesmo querendo permacer nas novas zonas nobres da cidade, dificilmente conseguem, pelo alto custo de vida que lhes é imposto.

O reassentamento gerou, para as comunidades das extintas Vila do Chocolate e vilas Campos de Cristal, Foz do Arroio Cavalhada e Estaleiro Só, a mudança de suas bases territoriais, sendo seus antigos locais de habitação, substituídos por equipamentos típicos da sociedade de consumo em que vivemos. Tais equipamentos, neste caso, um estacionamento e um shopping center, representam a lógica da valorização imobiliária que cada vez mais aumenta as desigualdades socioespaciais nas cidades brasileiras.

Assim, o processo de renovação urbana que vem acontecendo na Orla do Guaíba em Porto Alegre converge com as observações citadas acima, já que os projetos propostos para ela correspondem aos interesses capitais do poder público e privado. A mercantilização do espaço, a valorização capital do entorno e a segregação socioespacial, que vem ocorrendo no entorno imediato à orla do lago, acaba privando sua recriação em uma perspectiva democrática, na qual a população porto-alegrense possa participar das decisões em busca de uma cidade mais igualitária.

REFERÊNCIAS:

- ALT, Júlio P., MARTINS, Camila B. Vila do Chocolate - remoção e impactos. Disponível em: <http://viladochocolatao.blogspot.com.br/2012/09/vila-do-chocolatao-remocao-e-impactos_20.html> Acesso em: 19 de ago. de 2014.
- AZEVEDO, Jorge B. de. Avessos: um argumento possível para pensar o desenho e redesenho da paisagem urbana. In: *Avesso da Paisagem: percepção artístico-urbana e imaginário socioespacial*. ANDRADE, Rubens, TERRA, Carlos (orgs.). Rio de Janeiro: Rio Book's, 2012.
- BARBOSA, Jorge Luiz. Habitação popular, território e regularização fundiária na cidade do Rio de Janeiro. In: GOMES, Maria de Fátima et al. (orgs.). *Renovação urbana, mercantilização da cidade e desigualdades socioespaciais*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.
- BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.
- BORDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. In: BORDIEU, Pierre (org.). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda., 2011.
- CARTA Mundial pelo Direito à Cidade. Disponível em: < <http://www.polis.org.br/uploads/709/709.pdf>> Acesso em: 12 de ago. 2014.
- CASTELLO, Lineu. A percepção de lugar: repensando o conceito de lugar em arquitetura-urbanismo. Porto Alegre: PROPAR-UFRGS, 2007.
- CENSO demográfico 2010: Aglomerados subnormais - primeiros resultados. Disponível em: < http://biblioteca.ibge.gov.br/d_detalhes.php?id=792> Acesso em: 07 de ago. 2014.
- CONCLUÍDA transferência dos moradores da Vila Chocolate. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=141659&CONCLUIDA+TRANSFERENCIA+DOS+MORADORES+DA+VILA+CHOCOLATAO> Acesso em: 11 de ago. de 2014.
- DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DINIZ, Nelson. De Pereira Passos ao Projeto Porto Maravilha: colonialidade do saber e transformações urbanas da região portuária do Rio de Janeiro. In: XII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/07-N-Diniz.pdf>> Acesso em: 05 de ago. de 2014.
- DINIZ, Tânia Maria R. de G. Renovação urbana e desigualdades socioespaciais: contribuições para o debate. In: GOMES, Maria de Fátima et al. (orgs.). *Renovação urbana, mercantilização da cidade e desigualdades socioespaciais*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.
- FIGUEROLA, Valentina. Reabilitação urbana do Cais Mauá, em Porto Alegre, será totalmente financiada por fundos de investimento imobiliário. *Construção Mercado*, ed. 149, dez., 2013. Disponível em: <<http://construcaomercado.pini.com.br/negocios-incorporacao-construcao/149/reabilitacao-urbana-do-cais-maua-em-porto-alegre-sera-totalmente-302009-1.aspx>> Acesso em: 12 de ago. 2014.
- GARCIA, Clarissa M.; MIRANDA, Macklaine M. In: *A paisagem como local de interação social: a Orla do Guaíba em Porto Alegre - RS. IX COLÓQUIO QUAPÁ SEL - FORMA URBANA CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA: ESPAÇOS LIVRES E EDIFICADOS, APROPRIAÇÃO E EDIFICAÇÃO*, 2014. Anais... Vitória: UFES, FAUUSP, QUAPÁ, 2014.
- GOMES, Maria de Fátima C. M., FERNANDES, Lenise L., FRANÇA, Bruno A. Dinâmicas de uma cidade em transformação: urbanização, segurança pública e tráfico de drogas no Rio de Janeiro. In: GOMES, Maria de Fátima et al. (orgs.). *Renovação urbana, mercantilização da cidade e desigualdades socioespaciais*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.
- KOZENESKI, Éverton de M., Rosa Maria V. O processo de reterritorialização dos moradores do condomínio Campos do Cristal em Porto Alegre/RS. In: 4º ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA - ENGRUP. São Paulo. Anais... São Paulo, 2008. p. 759-781.
- MACEDO, Silvio S. *Paisagismo Brasileiro na Virada do Século – 1990-2010*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.
- MAIA, Rosemere S. Sob o signo da ordem: política urbana e criminalização da pobreza na Cidade do Rio de Janeiro em tempos de megaeventos. In: GOMES, Maria de Fátima et al. (orgs.). *Renovação urbana, mercantilização da cidade e desigualdades socioespaciais*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

MONTEIRO, Vanessa S. V. Canudos: guerras de memória. Revista Mosaico. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/canudos-guerras-de-mem%C3%B3ria>> Acesso em: 05 de ago. 2014.

ORLA do Guaíba. Disponível em: <<http://www.jaimelerner.com/orla-guaiba.html>> Acesso em: 11 de ago. 2014.

QUALIFICAÇÃO urbana da orla. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=151> Acesso em: 11 de ago. de 2014.

PLANOS urbanos do Rio de Janeiro: Plano Agache. Disponível em: <<http://planourbano.rio.rj.gov.br/>> Acesso em: 05 de ago. de 2014.

RODRIGUES, Arlete M. A matriz discursiva sobre o "meio ambiente": produção do espaço urbano - agentes, escalas, conflitos. In: CARLOS, Ana Fani et al. (org.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2013.

SOARES, Cristiane. Turismo e integridade ambiental: realidades e conflitos na paisagem litorânea (estudo de caso). Rio de Janeiro: Senac Rio, 2011.

SOUZA, Célia F., ALVES, Augusto. Porto Alegre cem anos de aterros: uma estratégia de desenvolvimento morfológico. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/921>> Acesso em: 07 de ago. 2014.

VALLADARES, Licia do P. A gênese da favela carioca. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 15, n. 44, out., 2002. <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4145.pdf>> Acesso em: 05 de ago. 2014.

VALLADARES, Licia do P. A invenção da favela: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.